



“Para o SUS funcionar, é fundamental melhorar a coordenação do MS e a gestão na ponta” - Pág. 3



2026 É AGORA

Fávaro, Pivetta e Wellington despontam para o governo do estado e esquerda ainda não tem nomes para 2026

Nos bastidores políticos, os embates e articulações para as eleições de 2026 já estão ocorrendo em ritmo acelerado e o PT, partido com a militância mais organizada e forte, nem sabe se terá candidato próprio para prefeito de Cuiabá, o maior colégio eleitoral do estado - Pág. 5



PCHs NO RIO CUIABÁ



Luta para impedir barragens e usinas no rio Cuiabá não termina com decisão do STF que derrubou lei estadual

A luta de ambientalistas e parlamentares de Mato Grosso para impedir a construção de usinas hidrelétricas e barragens de qualquer tipo ao longo do rio Cuiabá voltou praticamente a estaca zero. O Supremo Tribunal Federal (STF), contrariando todas as expectativas alimentadas por alguns de seus ministros, acabou derrubando, por maioria, a lei estadual que proibia a construção de PCHs e outros barramentos ao longo do curso do segundo maior rio alimentador do pantanal no Brasil.

Em uma sessão virtual que terminou na segunda-feira, 08, o STF considerou inconstitucional a lei estadual a lei nº 11.865/22 por oito votos a dois. Votaram a favor da constitucionalidade da lei estadual apenas o relator da Ação Direta de

Inconstitucionalidade (ADI), ministro Edson Fachin e a ministra Rosa Weber. Já os ministros Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Carmén Lúcia, Nunes Marques, Roberto Barroso e André Mendonça acompanharam o voto divergente aberto pelo ministro Gilmar Mendes a favor da ilegalidade da lei estadual.

A legislação estadual foi contestada no STF pela Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Com a decisão do STF, caberá à Secretaria de Meio Ambiente do Estado (Sema-MT) impedir ou liberar a implantação no rio Cuiabá das seis PCHs planejadas por empresas particulares.

[Leia mais na página 8](#)

ELEIÇÃO MUNICIPAL

Vereador Jeferson Siqueira sonha com a reeleição de 2024 em Cuiabá



Com as eleições de 2024 chegando, o vereador busca em trabalhar ainda mais para conquistar a sua reeleição - Pág. 4

TELEFONES MUDOS

CPI da Telefonia na ALMT fará primeira sessão de depoimentos nesta semana



Os deputados que integram a comissão parlamentar de inquérito vão ouvir usuários e representantes das empresas de telefonia sobre a má qualidade dos serviços das operadoras em Mato Grosso

Na próxima quinta-feira, dia 18, a CPI da telefonia Móvel da Assembleia Legislativa reinicia as sessões destinadas a ouvir consumidores e representantes de empresas operadoras. Os trabalhos seguirão agora com base nos levantamentos feitos em campo pelos deputados e equipe técnica da Comissão. Após percorrer o interior do estado, em apenas cinco dias de visitas à al-

guns municípios da região nordeste de Mato Grosso, a CPI da Telefonia reuniu mais de 300 reclamações sobre a má qualidade dos serviços prestados pelas operadoras de telefonia celular e internet. O número é quase a metade de das 800 reclamações oriundas de estado registradas pela Anatel em todo o ano passado.

[Leia mais na página 8](#)

CHARGE DA SEMANA



Rosana Leite Antunes de Barros
Defensora pública estadual

“ 36 parlamentares votaram contra a igualdade salarial entre mulheres e homens, mesmo desempenhando trabalho de igual valor e mesma função ”

Igualdade salarial

Uma das situações mais latentes, no que diz respeito à desigualdade de gênero, é quanto aos salários percebidos por homens e mulheres. Apesar de tantas legislações em prol dos direitos humanos das mulheres, no que diz respeito aos salários, a lacuna é existente na esfera privada.

O atual governo federal, no mês comemorativo às mulheres, em março do corrente ano, enviou projeto de lei com a finalidade de que a igualdade salarial entre os gêneros passe a ser realidade. Assim, o Projeto de Lei nº 1.085/2023 foi aprovado no dia 04 de maio, na Câmara Federal, com 325 votos favoráveis e 36 contrários.

O texto do projeto dita que trabalhos de igual valor ou no exercício da mesma função, desenvolvidos por qualquer gênero, merecem o mesmo pagamento.

Houve divulgação da mídia que a aprovação do citado projeto contou com negociação entre líderes partidários para as respectivas bancadas. E, em razão desse “acordo” firmado, os destaques apresentados não impactaram na versão da relatora.

Esses pormenores de “negociações” para que mulheres possam alcançar direitos já alçados pelo outro gênero, nos apresentam a misoginia e o desvalor dedicado a elas.

Algumas pessoas que emitiram os seus votos, de forma favorável, é de se frisar, precisaram ser convencidas. “Acordos” foram firmados. Para bons e boas entendedoras, leia-se: hoje apoio o seu projeto, mas amanhã terei o meu projeto e cobrarei o seu apoio.

Contudo, 36 parlamentares votaram contra a igualdade salarial entre mulheres e homens, mesmo desempenhando trabalho de igual valor e mesma função, com análoga produtividade e perfeição técnica.

E vivemos uma democracia! Sim, quando não podem haver diferenças de tratamento. Onde pessoas, independentemente de gênero, possuem o valor igual, pelo menos para votar.

Aliás, as campanhas políticas, em épocas eleitoreiras, são recheadas de discursos eloquentes em benefício dos direitos humanos das mulheres. Ainda assim, há que se mencionar reite-



radas vezes, dos representantes do povo que votaram nesse projeto de lei, pois: 36 dos presentes acham que as mulheres não devem perceber a mesma quantia que um homem, quando desempenham a mesmíssima função. Assustador!

A dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos do país, dita que é primordial a existência humana adequada. Certamente que a dignidade se confunde com o próprio direito à vida. E assim foi preconizado também, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1.948: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”.

É de suma importância transformar fundamentos da democracia em medidas políticas para uma vida digna, justa e respeitada. Fica temerário e ilógico o pensamento de que o mínimo está nas mãos de pessoas, que ainda se prestam ao desfavor, representando o povo na Câmara Federal, e votam contra a dignidade de uma camada da sociedade.

O texto do projeto de lei visa a alteração da Consolidação das Leis do Trabalho, e, em sendo aprovado no Senado e com sanção presidencial, definirá como obrigatória a igualdade salarial.

As empresas privadas serão fiscalizadas e com possibilidade de sanção administrativa pelo descumprimento. É de se destacar que, em sendo flagrados casos de discriminação por motivo de gênero, raça, etnia, origem ou idade, além das diferenças salariais, o empregador ou empregadora será condenada ao pagamento de multa equivalente a dez vezes o valor do salário devido ao empregado ou empregada discriminada. Em caso de reincidência, a pena será em dobro.

É certo que a aprovação nas duas casas com a sanção presidencial gerará o direito a ser cobrado. A vigilância persistirá em nome da resistência, que é a marca indelével delas...

Rosana Leite Antunes de Barros
é defensora pública estadual

EDITORIAL

Bancada improdutiva em Brasília

A baixa qualidade e produtividade da bancada federal de Mato Grosso em Brasília, passados três meses da posse dos parlamentares eleitos em 2022, não é surpresa, mas é uma constatação que provoca decepção e obriga a sociedade a fazer uma reflexão sobre para quê, afinal, se elege deputados federais em nosso estado.

Os deputados de Mato Grosso, lamentavelmente, ainda não mostraram à seus eleitores para quê foram eleitos. Nenhum dos oito parlamentares conseguiu aprovar sequer um projeto de lei no primeiro trimestre do mandato. O nível de qualidade das poucas iniciativas legislativas também é um dos mais baixos das três últimas legislaturas.

Em três meses de “trabalho” em Brasília, foram feitas apenas 56 proposições por sete dos oito parlamentares da bancada federal. Nenhuma foi ainda aprovada nas comissões obrigatórias e não tem data para serem levadas ao Plenário.

Do total de propostas elaboradas pela bancada mato-grossense na Câmara Federal, nada menos que 38 iniciativas de projetos de lei foram apresentadas pelo deputado deputado José Medeiros (PL). A grande quantidade de propostas de Medeiros, no entanto, não diz nada em termos de qualidade ou impacto social desejável.

Para se ter uma ideia do baixo nível das propostas, destacamos apenas um, o PL nº 2372/2023 em que Medeiros propõe simplesmente proibir a criminalização de quem vier a classificar alguma pessoa de “homem” ou “mulher” com base em seu sexo biológico. Seria engraçado se não fosse ridículo pelo grau de estu-

pidez exibido pela iniciativa e a profundidade da paranoia gerada pelo preconceito sexista e homofóbico do deputado.

A coronel Fernanda, também do PL, apresentou sete projetos e, como o colega de partido, se concentrou igualmente em propor mudanças na legislação que atendem apenas interesses específicos da caserna ou de segmentos conservadores sem se preocupar com as implicações gerais de suas ideias.

Outro deputado militar, o Coronel Assis, igualmente do PL, segue o mesmo diapasão focando os três projetos de sua autoria em temas que não interessam ao conjunto da sociedade, mas, tão somente aos grupos minoritários ultraconservadores de extrema direita.

Os deputados Fábio Garcia (UB) e Abilio Brunini (PL) fizeram duas proposições de projetos de lei cada um enquanto a deputada Amália Barros levou 90 dias para apresentar apenas uma iniciativa de sua autoria. Fechando o bloco dos improdutivos, o deputado Juarez Costa (MDB), por sua vez, não apresentou nenhum projeto sequer na atual legislatura.

Esse desempenho pífilo é o que justifica as pesadas críticas o legislativo brasileiro recebe diariamente. E explica porque o país não consegue dar o tão esperado salto para a condição de nação desenvolvida. Se você, leitor, votou em qualquer um destes deputados federais eleitos, tem a obrigação e o dever cívico de cobrar do seu representante que faça aquilo para o qual foi eleito e é regimento pago: trabalhe!

Maykom Milas

EXPEDIENTE

🐦 📺 📷 copopular.com.br

DIRETOR Maykon Milas | **DEPTO COMERCIAL** 3052-6030 / 3052-6031 | **DIRETOR FINANCEIRO** Leandro Lincoln Justiniano Sanches | **FOTOS** Assessoria e divulgação | **EDITOR DE ARTE** Kleber Simioni | **CHARGE** Fred | **PAUTA** redacaocopopular1@gmail.com admcopopular1@gmail.com



CIRCULAÇÃO
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

PINGA FOGO



Cacique Mão de Ferro

O ex-deputado federal Carlos Bezerra, pelo que tudo indica, não pretende entregar o comando do MDB a ninguém enquanto estiver vivo. O eterno cacique emedebista acaba travar a pretensão dos deputados Federal Juarez Costa e Emanuelzinho Pinheiro de “renovarem” a direção regional da sigla. Bezerra anunciou que a discussão sobre qualquer mudança no comando emedebista de Mato Grosso só vai ocorrer em junho em data ainda a ser marcada e em uma reunião de lideranças comandada por ele mesmo. Até lá, o partido segue provisoriamente sob a direção de Janaína Riva, deputada estadual. Bezerra, portanto, segue no controle do partido com mãos de ferro.

Fanatismo religioso



Em Pontes e Lacerda, um prato com uma maçã, cravos da Índia, vinho e mel colocado sob uma árvore na frente da Câmara Municipal, virou “macumba”, “feitiço” e “obra satânica” para uma funcionária da casa legislativa que se diz “pastora” evangélica. A funcionária “pastora” realizou uma cerimônia de “quebra de feitiço” da qual participou até - pasmem-se - jornalistas que cobrem as sessões daquela Câmara de Vereadores. O ato, para além do ridículo, se configurou numa demonstração de fanatismo religioso temerário. Fanatismo este sim, uma “obra satânica”, que não produz apenas cenas bizarras como uma roda de oração em torno de um prato com maçã ou de um pneu, mas que pode levar à assassinatos, linchamentos, perseguições, golpes de estado e até guerras mundiais. Te esconjurou, vá de retro coisa ruim!

Control C, Control V



A tentativa de plágio de uma lei estadual pelo vereador Paulo Henrique (PV), da Câmara Municipal de Cuiabá virou motivo de piadas na semana passada. O projeto “Control C, control V” apresentado pelo edil foi devidamente dispensado na lata de lixo pela Comissão de Constituição e Justiça. Paulo Henrique tinha copiado literalmente uma lei estadual que determina que os estabelecimentos comerciais devem garantir a segurança de mulheres que denunciarem indícios de violência em seu ambiente. Uma vergonha que expõe o despreparo de alguns eleitos como representantes do povo cuiabano.

Calado, mas não mudo



O ex-ministro e ex-governador Blairo Maggi tem evitado falar publicamente de política. Seu silêncio não quer dizer que ele tenha abandonado de vez as lides políticas. Pelo contrário. Como todo bom articulador, Maggi tem atuado fortemente nos bastidores, longe dos olhos e dos holofotes da mídia. As digitais dele estão impressas nas nomeações de Fávoro como ministro da Agricultura, na indicação de Irajá Maggi para o Conselho da República e nas movimentações em torno da sucessão de Emanuel Pinheiro em Cuiabá. Como já disse alguém: “quem já foi picado pelo poder, nele se vicia e dele nunca se cura.”

Vagas abertas



O Tribunal de Justiça deve preencher três das nove vagas de desembargador em aberto no segundo semestre. As três cadeiras serão preenchidas pelos critérios de antiguidade, merecimento e pelo chamado “Quinto Constitucional” (reservada à Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Mato Grosso). Entre os nomes mais cotados para ascender à Corte Alta do estado figuram a juíza Graeciama Ribeiro de Caravellas, pelo critério de antiguidade e um segundo juiz ou juíza será escolhido pelo critério de “merecimento”. Já pelo Quinto Constitucional, disputarão a vaga os advogados e advogadas Gláucia Amaral, Juliana Zafino, Dinara Oliveira, Breno Miranda, Hélio Nishiyama, João Celestino Correa da Costa, Flaviano Taques, Abel Sguarezzi, Ricardo Almeida e Jackson Coutinho. Atualmente, o pleno do TJMT é composto por 30 desembargadores, restando em aberto nove vagas para completar seu quadro legal de 39 magistrados de 2.ª Entrância.

NÍSIA TRINDADE – MINISTRA DA SAÚDE

“Para o SUS funcionar, é fundamental melhorar a coordenação do MS e a gestão na ponta”



“A gente tem que pensar as questões sociais e ambientais não antes de pensar a saúde, mas numa via de mão dupla mesmo. Assim: como políticas de saúde podem impactar positivamente as condições de vida? A saúde pode ser um fator promotor de condições melhores do ponto de vista social e ambiental.”

Da Redação | Com Radis/Fiocruz

CO Popular - O que significa ser a primeira mulher à frente do Ministério da Saúde em um país ainda machista como o Brasil?

Ministra Nísia Trindade - É um lugar muito desafiador. Seria para qualquer pessoa, ainda mais no momento que estamos vivendo, com todo o processo de desconstrução das instituições. E há uma dimensão internacional porque vemos uma grande crise das instituições e da democracia. O fato de ser mulher, em um país tão machista como o nosso, reedita para mim, mas de uma forma muito mais ampla, o que vivi ao me candidatar à presidência da Fiocruz. Eu via muitas vezes pessoas que apostam também em um caminho progressista, que defendem a igualdade de gênero, agindo como se não o cargo de ministra ou presidente não fosse um lugar adequado para as mulheres ou que demandasse um perfil estereotipado. Não é só o fato de ser mulher, mas mulher com uma certa característica. Eu sou uma pessoa muitas vezes definida como serena e há uma série de estereótipos masculinos de autoridade. Tanto mulheres quanto homens são vítimas um pouco disso. Como defende [a escritora feminista] Rosiska Darcy de Oliveira, a gente pode pensar o mundo com um pouco menos de agressividade.

CO Popular - E o que o fato de ser mulher representa para a agenda institucional?

Ministra Nísia Trindade - É interessante falar disso porque ao mesmo tempo que eu sei que é importante para as mulheres ocuparem essas posições, se não tivermos políticas públicas efetivas torna-se um gesto, ainda que importantíssimo, insuficiente. Foi uma sensibilidade do presidente Lula, que escolheu assim, e ele falou muito antes de me fazer o convite que queria uma mulher e alguém comprometido com o SUS, e a luta contra a pandemia na liderança da Fiocruz foi o terceiro elemento que o fez escolher o meu nome. O MS é muito complexo, é o segundo maior orçamento. Aliás, nenhum Ministério é simples, ainda mais em um governo que está retomando políticas que foram descontinuadas com o impeachment da presidenta Dilma e tendo que atualizar ações. É outro momento da história. Pautas que estavam muito mais tímidas precisam ser colocadas de maneira mais afirmativa, como a questão das identidades de gênero, racial e vários outros recortes.

CO Popular - Uma das 10 medidas prioritárias para reconstruir a saúde definida ainda no âmbito do GT da Transição de Governo, será resgatar a autoridade sanitária e técnica do Ministério da Saúde (MS), comprometida no último governo. Como pretende fazer isto e melhorar a relação do MS com estados e municípios?

Min. Nísia Trindade - Essa foi uma tônica da transição. Procurei desde o início pôr em prática isso como visão e pactuação. Recuperar o papel de coordenação do Ministério da Saúde é essencial. Procuramos fazer isso deixando as primeiras ações de governo pactuadas com governadores e prefeitos de todo o país, mostrando já de início o que esta seria a nossa linha de atuação. Todo o Movimento Nacional pela Vacinação, que não estamos chamando de campanha, porque é algo mais amplo que isso, foi pactuado na última reunião tripartite, realizada em janeiro. Da mesma forma, o programa para a redução de filas de cirurgias eletivas e exames também foi pactuado, não só do ponto de vista formal, mas também no sentido de reconhecer a grande diversidade do Brasil. Estabelecemos que isso será feito a partir de planos já pactuados com os estados. Quando a gente fala em recuperar o protagonismo, não é uma nova centralização. Mas para o SUS funcionar, esse papel de coordenação nacional do MS é fundamental e também precisa melhorar muito a gestão na ponta, nos estados, nos municípios. O MS precisa trabalhar com mais equidade: há estados que precisam de uma atenção especial; e [é preciso] promover uma solidariedade interfederativa. É nessa direção que a gente está buscando caminhar.

CO Popular - Desde 2016 observamos uma queda acentuada nas coberturas vacinais, o que foi ainda mais agravado na pandemia. Além do movimento anunciado, que medidas estão sendo planejadas para reverter esse quadro e o Brasil voltar a ser referência em imunização?

Min. Nísia Trindade - O que nós temos procurado fazer: primeiro, dar estabilidade à própria oferta de vacinas. Nós não tínhamos, no momento de assumir o governo, dados transparentes sobre a situação dos estoques. Mais do isso: eles estavam sob sigilo, que é uma coisa fora de propósito. O que fizemos de imediato foi recompor todos os estoques para replanejar

as ações. Ao lado disso, vamos iniciar várias campanhas (no plural), para cada momento, para cada vacina, mas dentro dessa visão de um movimento nacional. E estabelecemos um grupo com o Ministério da Educação para que essa ação não seja restrita ao Ministério da Saúde. Que se possa ter, para ampliar a cobertura vacinal das crianças e adolescentes, a vacinação nas escolas, sem com isso descuidar da rotina. É a ciência e a saúde coletiva presidindo a visão de política pública. Ouvi de várias lideranças indígenas algo que me impactou muito: “A única política pública que temos 24 horas nos territórios é a política de saúde”

Quem vê a figura miuda, quase frágil, não desconfia que coragem, força e disposição são as molas propulsoras que movem Nísia Trindade, a primeira mulher a comandar o Ministério da Saúde do Brasil. A socióloga e ex-presidente da Fiocruz durante a pior pandemia da era moderna, a Covid 19, foi a escolhida pelo presidente Lula para comandar uma das áreas mais sensíveis politicamente, humanamente estratégicas e que concentra um dos maiores orçamentos do Governo do Governo Federal. Sua agenda nos primeiros dias no cargo foi frenética. Esteve em Roraima para constatar a grave crise sanitária vivida pelo povo Yanomami; foi aos Estados Unidos para a posse do novo presidente da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), o também brasileiro Jarbas Barbosa; e liderou as primeiras ações de reconstrução das políticas de saúde, incluindo o planejamento de estratégias para revitalizar o Programa Nacional de Imunizações (PNI), o novo Mais Médicos e muito mais. Nísia Trindade assumiu agora a missão de recuperar a autoridade sanitária do Ministério da Saúde, comprometida nos últimos anos. Nesta entrevista, a ministra fala sobre o cenário caótico que encontrou ao assumir a pasta e adianta o que será feito para que o Brasil volte a avançar na qualidade das políticas públicas de saúde.

CO Popular - Um dos primeiros desafios que a senhora precisou enfrentar foi a grave emergência sanitária yanomami. Que ações estão sendo pensadas a longo prazo para fortalecer e recuperar a área de Saúde Indígena?

Min. Nísia Trindade - Primeiro, acho importante dizer que eu já tinha noção da fragilidade da Saúde Indígena e ao mesmo tempo da sua importância. Eu me reuni com várias lideranças indígenas, de vários povos. E de quase todos ouvi algo que me impactou muito, pois é diferente quando você ouve da população que está demandando a política: “A única política pública que temos 24 horas nos territórios é a política de saúde, graças ao Subsistema de Saúde Indígena”. Eu já tinha a dimensão da importância do MS na atenção básica para os povos indígenas, porque acompanhava esse processo desde a Fiocruz. Acompanhei durante toda a pandemia de covid, incluindo o relatório encaminhado ao ministro Barroso, do STF, a pedido da Apib [Articulação dos Povos Indígenas do Brasil]. Mas é diferente quando você dialoga diretamente com representantes dos povos e vê a importância que dão a essa política.

CO Popular - Como construir políticas de saúde indígena atentas ao avanço da mineração e do desmatamento nos territórios originários?

Min. Nísia Trindade - O caso dos Yanomami é exemplar. Envolve a área de segurança; envolve trabalho, porque muitas das pessoas que estão no garimpo também precisam de uma alternativa de emprego; e envolve questões de ambiente, o aumento da malária etc. A crise yanomami é a desorganização de um modo de vida. Davi Koppenawa falou isso: a fome é só um indicador de algo muito mais grave. Com a desorganização do modo de vida, vêm a fome, as doenças, mais malária, mais violência. Para mim, já chamava atenção a necessidade de organizar o que seria uma grande força-tarefa para reestruturar a Saúde Indígena. E os Yanomami já apareciam como uma crise anunciada. Havia muitas denúncias de roubo de medicamentos. No caso dos Yanomami, coloquei a possibilidade de decretar uma Emergência em Saúde Pública, na reunião interministerial, mas decidimos que era importante uma missão ao território, coordenada pelo MS, para termos um quadro completo que embasasse a decretação da emergência sanitária [em 21/1]. Quando a missão estava em curso, começaram a circular aquelas fotografias terríveis. É o poder da imagem, e todos ficaram horrorizados no mundo todo.

CO Popular - Como construir políticas de saúde indígena atentas ao avanço da mineração e do desmatamento nos territórios originários?

Min. Nísia Trindade - O caso dos Yanomami é exemplar. Envolve a área de segurança; envolve trabalho, porque muitas das pessoas que estão no garimpo também precisam de uma alternativa de emprego; e envolve questões de ambiente, o aumento da malária etc. A crise yanomami é a desorganização de um modo de vida. Davi Koppenawa falou isso: a fome é só um indicador de algo muito mais grave. Com a desorganização do modo de vida, vêm a fome, as doenças, mais malária, mais violência. Para mim, já chamava atenção a necessidade de organizar o que seria uma grande força-tarefa para reestruturar a Saúde Indígena. E os Yanomami já apareciam como uma crise anunciada. Havia muitas denúncias de roubo de medicamentos. No caso dos Yanomami, coloquei a possibilidade de decretar uma Emergência em Saúde Pública, na reunião interministerial, mas decidimos que era importante uma missão ao território, coordenada pelo MS, para termos um quadro completo que embasasse a decretação da emergência sanitária [em 21/1]. Quando a missão estava em curso, começaram a circular aquelas fotografias terríveis. É o poder da imagem, e todos ficaram horrorizados no mundo todo.

CO Popular - Como pretende promover ações de enfrentamento ao racismo como pauta central para a saúde pública?

Min. Nísia Trindade - Essa é uma agenda que não é exclusiva da saúde. A saúde depende daquilo que chamamos de determinantes sociais e ambientais, e depende de muitas políticas. O que tenho feito de concreto, ao lado de uma coordenação voltada para a saúde da população negra, é estabelecer também ações efetivas e transversais — e tive uma excelente reunião com a ministra Anielle Franco, da Igualdade Racial, e lideranças da área, sejam gestores do SUS ou de movimentos. Se olharmos os indicadores de mortalidade materna: o quanto as mulheres negras sofrem muito mais com essa questão, da violência obstétrica até mesmo chegando a situação de morte materna. O enfrentamento ao que chamamos de racismo estrutural é o que está na base dessas ações.

CO Popular - Como pretende construir pontes com outras áreas do governo para que a garantia de saúde seja vista na perspectiva dos determinantes sociais?

Min. Nísia Trindade - Acho que podemos falar em determinações sociais e ambientais mesmo. Não dá para dissociar que todas as ações que afetam o ambiente, todas as questões de mudança climática, têm impacto na sociedade e ao mesmo tempo são fruto de ações sociais. Mas queria enfatizar algo: a gente fala em determinantes sociais e ambientais da saúde como se estas an-

tecedessem as condições de saúde. O fato concreto é que também as condições de saúde têm um impacto muito grande na agenda social. Então, a gente tem que pensar as questões sociais e ambientais não antes de pensar a saúde, mas numa via de mão dupla mesmo. Assim: como políticas de saúde podem impactar positivamente as condições de vida? A saúde pode ser um fator promotor de condições melhores do ponto de vista social e ambiental.

CO Popular - 2023 é o ano da 17ª Conferência Nacional de Saúde. Como pretende fortalecer a participação social, que foi desarticulada nos últimos anos, e incorporar as decisões do CNS e da conferência?

Min. Nísia Trindade - Acho que o CNS tem uma agenda fundamental agora com a 17ª Conferência. Já desde a transição, o presidente do Conselho (Fernando Pigatto) participou das discussões, então essa pauta já vinha sendo conversada. Eu só queria fazer uma observação: é verdade que nos últimos tempos o Conselho não foi ouvido, mas ocorreram conferências. Isso mostra a importância das instituições e de olharmos, no campo progressista, para a proteção legal. O Conselho Nacional de Saúde só não foi desfeito porque era definido em lei, devido à forma como o SUS foi concebido. Outros conselhos, como o de Segurança Alimentar (Consea), foram destituídos. A pandemia e os ataques à democracia durante o governo Bolsonaro mostraram a importância de termos essa institucionalidade garantida.

CO Popular - E o que esperar da participação social no governo Lula?

Min. Nísia Trindade - Creio que esse terceiro governo do presidente Lula será muito inovador na questão da participação social. Há aprendizados importantes. Não só na forma como o ministério foi constituído — a gente sabe que há uma base muito ampla de apoio, então há muita diversidade —, mas essa preocupação está presente na própria formação dos ministérios. E mais do que isso: na criação, anunciada recentemente, de um Sistema Nacional de Participação Social e Diversidade, onde todos os ministérios terão representantes. No caso do Ministério da Saúde, a pessoa de referência que nos representará nesse fórum é a Lúcia Souto, ex-presidente do Cebes e pesquisadora da Fiocruz. Acho que nós temos aí a possibilidade de uma ação voltada para estabelecer, mais do que um diálogo, a construção de pautas comuns e políticas públicas entre governo e sociedade civil.

CO Popular - Quanto a saúde da mulher, como o Ministério vai enfrentar medidas do governo anterior elaboradas sem qualquer base científica, mas endossadas por um forte apelo moral como a criminalização do aborto em qualquer circunstância?

Min. Nísia Trindade - Acho que temos que ter um papel pedagógico, porque a maioria da sociedade não sabe exatamente do que se trata, é uma obrigação do MS proteger e garantir às mulheres o aborto, nas condições em que ele é permitido legalmente no Brasil [quando a gravidez é resultante de estupro, quando há risco de vida para a mulher e em casos de feto anencefálico, com má formação cerebral]. Nossa política tem que ser a do cuidado. Mas acho que temos que esclarecer sempre. São questões muito difíceis de lidar, mas que são comprovadas por dados.

CO Popular - Qual a posição do MS em relação a dois pontos que vão ser muito debatidos na 17ª CNS: saúde mental e a presença das comunidades terapêuticas; e financiamento?

Min. Nísia Trindade - Em relação ao financiamento, minha visão é clara: de que existe o desfinanciamento, como sempre falamos. Vamos ter que superar essa situação e aumentar o financiamento público para a saúde, estabelecendo metas para isso. Acho que essa tem que ser uma discussão para este ano ainda. Agora, é importante dizer: temo que se a PEC da Transição não tivesse sido aprovada, eu não estaria falando nada disso aqui com vocês. A famosa PEC do Teto [de gastos] se mostrou insustentável, né? Então, isso abre caminho para o debate e para mostrar a importância de um SUS fortalecido com financiamento adequado. Já em relação à saúde mental, também teremos que fazer um grande debate na sociedade. É importante reforçar a linha de cuidado, de como podemos fortalecer a saúde mental e voltar à concepção dos Caps [Centros de Atenção Psicossocial] com força. Nesse momento, estamos estruturando o que vai ser o trabalho da nova Secretaria de Saúde Mental do MS.

TRANSPARÊNCIA A TODA PROVA

Edna Sampaio expôs prestação de contas das V.Is de seu gabinete e exigiu dos colegas respeito e igual transparência

Durante sessão da Câmara de Vereadores de Cuiabá a petista apresentou seu modelo de prestação de contas das verbas indenizatórias, colocando os demais parlamentares na parede para que também mostrem como administram as V.I.s em seus gabinetes

Foto: Câmara de Cuiabá



Vereadora Edna Sampaio (PT) colocou ponto final nas acusações de mau uso das V.I.s de seu gabinete ao expor na tribuna suas prestações de contas e cobrar dos colegas que façam o mesmo tornando seus gastos transparentes como ela faz

gorosamente conforme está estabelecido. No entanto, Edna Sampaio disse que vai muito além na transparência dos seus gastos com as Verbas Indenizatórias.

A vereadora explicou que atua na legislativo por meio de um mandato coletivo que conta com outros 46 co-vereadores e que ela apresenta regularmente em assembleias do mandato coletivo um relatório demonstrativo detalhando destinação de cada centavo das V.I.s, e cada despesa gerada pelas atividades de rotina dela como vereadora e da sua equipe do gabinete. “Eu tenho tudo planilhado e documentado. Cada centavo gasto. E os nossos co-vereadores tem pleno conhecimento sobre a destinação destes recursos. Quantos aqui, dos colegas, fazem isso e tem condições de trazer a tribuna seu modelo de gestão das V.I.s de seus gabinetes?”, provocou a vereadora deixando no ar o desafio para que os colegas abram seus gastos da verba indenizatória ao público.

Edna Sampaio disse ainda que na gestão do seu mandato, os gastos e recursos recebidos são transparentes e de pleno conhecimento dos co-vereadores e membros do nosso Conselho Político que participam ativamente das deliberações sobre as atividades políticas do mandato.

“Trabalhamos sempre de forma honesta, coerente e dentro do estrito cumprimento das normas legais. Portanto, senhores vereadores, senhoras vereadoras, nunca aceitaremos que sejam levantadas calúnias, acusações desonrosas e ataques contra a nossa honra e nossa moral. Espero que, a partir de hoje, este episódio seja encerrado e que cesse de uma vez por todas esta tentativa criminosa de cercear nosso mandato”, afirmou Edna Sampaio.

Da Redação

A vereadora Edna Sampaio (PT) colocou os vereadores da Câmara Municipal de Cuiabá em xeque-mate na manhã de quinta-feira, 11, ao chamá-los à responsabilidade de tornarem mais transparentes a forma como são gastas por cada um as Verbas Indenizatórias (V.I.s) e tornar obrigatória a prestação pública de contas de seus gabinetes. Usando a tribuna do parlamento cuiabano, a parlamentar tornou pública o modelo de prestação de contas das Verbas Indenizatórias (V.I.s) recebidas por ela e pela chefia de seu gabinete que é compartilhada com os co-vereadores do seu mandato coletivo.

Por lei, a apresentação pública de contas das V.I.s não é obrigatória. No entanto, ao detalhar como e em que são aplicados os recursos das verbas indenizatórias em seu mandato, Edna Sampaio, colocou os colegas vereadores contra a parede e estabeleceu uma “linha vermelha” para os que estão se movimentando para submetê-la à Comissão de Ética e mesmo para forçar a cassação de seu mandato sob falsa acusação de malversação dos recursos das V.I.s.

A iniciativa da vereadora de abrir na tribuna da Câmara suas contas de gabinete enterrou de vez as falsas acusações de que teria se apropriado indevidamente da verba indenizatória recebida pela ex-chefe de seu gabinete, Laura Natascha Abreu de Oliveira. Com a atitude da vereadora, seus colegas de legislativo só tem uma saída para continuarem pressionando-a: abrirem publicamente também as prestações de contas de suas V.I.s e das chefias de seus gabinetes e demonstrem que aplicam melhor e de forma mais íntegra e honesta os recursos que recebem.

A vereadora petista destacou que a lei 6.628/2021, que regula a verba indenizatória estabelece que “a prestação de contas e a declaração do cumprimento de metas dar-se-ão por relatório de atividades, encaminhado, com anuência do vereador, à Secretaria de Orçamento e Finanças, dispensada a apresentação de comprovantes de despesas”, o que ela faz ri-

Receitas e despesas consolidadas do mês de novembro 2022, por grupos de despesas			
RECEITA		REALIZADA	DATA
1.	Valor total das receitas	24.243,38	
1.1.	Vf de vereadores	14.243,38	24/11/2022
1.2.	Auxílio Transporte	5.000,00	24/11/2022
1.3.	Vf da Chefia de Gabinete	5.000,00	29/11/2022
GRUPOS DE DESPESA		VALOR PAGO	PERCENTUAL
1.	Atividades externas, eventos e viagens	4.478,79	15,91
Contribuição para transporte, alimentação e hospedagem em serviço			
2.	Serviços de celular, internet, site e softwares	2.183,14	7,73
Pagamento de telefone celular e internet e licenças de uso de softwares			
3.	Materiais de consumo e itens de divulgação	3.542,76	12,58
Material de consumo, impressos e arquivamento nas redes sociais			
4.	Veículos e mobilidade	10.376,95	36,85
Manutenção de veículo, combustível, uber e estacionamento			
5.	Equipamentos e mobiliários	2.052,46	7,29
Aquisição de equipamentos, utensílios e mobiliários			
6.	Apoios e perícias	0,00	0,00
Apoios e contribuições diversas para demandas individuais e coletivas			
7.	Prestação de serviços pessoais físicos	5.525,00	19,62
Contratação de trabalhos físicos para o mandato			
TOTAL:		28.159,10	100,00
Receitas e despesas realizadas no mês de novembro		Receitas	Despesas
		24.243,38	28.159,10
		Saldo do mês -3.915,72	

A parlamentar afirmou que está muito tranquila para apresentar todas as informações que forem necessárias.

Violência política de gênero

Edna destacou que tem enfrentado violência política de gênero e ataques à sua honra e de difamação de sua reputação desde que assumiu o mandato. “Em nenhum momento pode ser atribuído qualquer tipo de ilegalidade à verba indenizatória do mandato e é muito importante que vocês saibam que o que a vereadora Edna está sofrendo é uma nova forma de violência política, uma forma de violência política que quer atribuir à vereadora um comportamento corrupto, de 'rachadinha', de apropriação indébita privada da verba de gabinete”, disse ela.

A petista foi incisiva ao expor que as acusações levianas, disfarçadas de “jornalismo” se configuram um crime grave e se insere na classificação de crime de violência política de gênero, calúnia, difamação e crime de fakenews.

Irritado com a manifestação da vereadora que exige dos vereadores que façam o que cobram dela: torne pública os gastos das suas V.I.s, o vereador Dilemário Alencar (Podemos) voltou a ser agressivo-passivo e preconceituoso com a colega petista acusando-a, ainda enquanto ela usava a tribuna da casa para se defender da falsa denúncia de “rachadinha”, de estar se “vitimizand” a fim de diminuí-la e fazê-la calar-se. A vereadora salientou que a atitude do vereador era um dos exemplo cabal de violência política de gênero conforme prece-

nizam as leis nº 14.192/2021 e nº 14.197/2021.

“Podemos ter todas as divergências políticas, mas não podemos abrir mão da civilidade no trato institucional, do respeito mútuo com os pares. Me acusar de vitimismo é um clássico artifício daqueles que não se conformam com a participação das mulheres e das pessoas negras em espaços como este”, afirmou Edna Sampaio.

Para a vereadora, a direção da Câmara Municipal não pode permitir que ocorrências de violência política de gênero sejam normalizadas no seu ambiente. Edna Sampaio afirmou que em suas manifestações públicas, nunca atacou a Câmara, pois compreende sua importância para a democracia, mas disse que vai protocolar junto à mesa diretora documento solicitando providências para se coibir atos de violência política de gênero.

“O que eu fiz hoje foi exercer um direito constitucional de me defender contra acusações que não têm nenhuma base em fatos e que eu posso provar que é uma fake news para atacar a minha honra. E é lamentável que nem o meu direito de defesa possa exercer de forma tranquila, respeitosa a esta Casa”, disse ela.

“É muito difícil para uma mulher estar aqui e ser sucessivamente atacada em sua honra e sua moral. Quem vai reparar o que aconteceu comigo nestes últimos dias e que interditou de forma muito violenta a minha atuação enquanto vereadora? Espero que esta Casa não traga para dentro da institucionalidade a violência política de gênero contra mim. Se trata não somente da minha defesa, mas da defesa dessa Casa, que sempre é atacada, por qualquer coisa que seja”, argumentou.

ELEIÇÃO MUNICIPAL

Vereador Jeferson Siqueira sonha com a reeleição de 2024 em Cuiabá

Com as eleições de 2024 chegando, o vereador busca em trabalhar ainda mais para conquistar a sua reeleição

Lucas Leite
Da Redação

O vereador por Cuiabá Jeferson Siqueira (PSD) vem desenvolvendo um belo trabalho para população cuiabana. Em seu primeiro mandato já se tornou presidente da comissão de constituição, justiça e redação 23/24 e teve 64,14% de indicação de infraestrutura para a capital.

Jeferson buscar trabalhar ainda mais pela cidade de Cuiabá, e mostrar a gratidão pela capital. Sem medo de dar a cara à tapa, e mostrar o motivo de ter se tornado vereador. As eleições de 2024 se aproximam cada vez mais, e o vereador está cada vez mais pronto para concorrer e conquistar o seu segundo mandato.

“É meu primeiro mandato, e como vereador, temos um projeto político e é praticamente que faremos um trabalho pensando sim na nossa reeleição. Até porque queremos e sonhamos em continuar contribuindo ainda mais por Cuiabá”, disse o vereador.

“Queremos devolver o que essa terra já nos proporcionou até aqui, e tenho muita coisa para fazer em Cuiabá. Poder continuar na legislatura para poder de maneira hon-

rosa, dar a essa capital a alegria de ter parlamentares que fazem o avanço e o progresso, serem pautas e realidade na nossa querida Cuiabá”, concluiu.

Questionado pela equipe do jornal Centro Oeste Popular, se ele é a favor de tornar obrigatória a prestação de contas públicas dos gastos de gabinete pagos com as VIs como a vereadora Edna Sampaio vem destacando.

“A prestação de conta da Vis do gabinete já existe esse relatório, inclusive é fundamentado pelas ações da assessoria externa, fazemos esse acompanhamento. Inclusive pelo chefe de gabinete de cada gabinete e de cada vereador”, disse.

O vereador ainda comentou um pouco sobre os últimos acontecimentos entre ele e a vereadora Michelly Alencar (UB) após o social democrata retirar sua assinatura do pedido de criação da Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI) da colega de Casa, para investigar possíveis irregularidades em repasses nos descontos previdenciários feitos nos salários dos servidores públicos efetivos e comissionados do município.



Jeferson busca trabalhar ainda mais pela cidade de Cuiabá, e mostrar a gratidão pela capital

O recuo dos parlamentares gerou revolta na parlamentar — que faz oposição ao prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB) —, gerando um bate-boca com o vereador Jeferson Siqueira. A situação ficou ainda mais chata, porque de acordo com Michelly Alencar, havia um “acordo” entre ambos. Ela disse ter combinado com Jeferson que iria assinar uma proposta dele, — a qual a vereadora não assinou — e, em contrapartida, o parlamentar também assinaria o dela.

“Sobre a Michelly, decidi focar na minha CPI, que investigará os Consignados e já foi lida em plenário contendo 12 votos. Como presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara Municipal, preferi se ativer

aos compromissos que já existem”, contou.

Jeferson ainda revelou para o COPopular os próximos passos e projetos para grande Cuiabá.

“Executamos durante esse tempo como vereador, além das fiscalizações que já fazemos, iremos continuar com as indicações de obras nos bairros com pavimentação. Assim como fizemos no bairro João Bosco Pinheiro e vários bairros da região norte foram atendidos, que precisava de pavimentação asfáltica, iluminação pública e limpeza”, disse.

“Quero continuar fazendo ainda mais pela população de Cuiabá, temos projetos ainda melhores para as comunidades”, concluiu.

2026 É AGORA

Fávaro, Pivetta e Wellington despontam para o governo do estado e esquerda ainda não tem nomes para 2026

Nos bastidores políticos, os embates e articulações para as eleições de 2026 já estão ocorrendo em ritmo acelerado e o PT, partido com a militância mais organizada e forte, nem sabe se terá candidato próprio para prefeito de Cuiabá, o maior colegio eleitoral do estado

Da Redação

Os bastidores da política em Mato Grosso já vivem clima de definição para o pleito eleitoral de 2026, quando Mauro Mendes (União Brasil), encerrará seu mandato e terá que deixar o Palácio Paiaguás. Três pesos-pesados estão se movimentando de forma frenética para criar as condições necessárias para viabilizarem suas candidaturas ao Executivo Estadual, são eles: o atual vice-governador, Otaviano Pivetta (Republicanos), o senador Wellington Fagundes (PL) e o ministro da agricultura e senador licenciado Carlos Fávaro (PSD).

O senador Wellington Fagundes é, de longe, o que mais tem se movimentado para agregar aliados ao seu acalentado e antigo sonho de candidatura majoritária. Em entrevista exclusiva ao COP na semana retrasada, Fagundes admitiu que não há qualquer possibilidade dele desistir do objetivo de, um dia, ser governador do estado.

Para que isso se torne possível, no entanto, o senador reconhece que vai precisar ganhar o aval de Mauro Mendes e seu grupo político. Fagundes aposta que sua grande experiência como parlamentar em Brasília, sua rede de apoios entre os prefeitos e vereadores de todas as regiões estado e a sua grande lista de serviços prestados como principal carreador de recursos para obras estruturantes rodoviárias são credenciais imbatíveis os eventuais adversários na base governista.

Já o vice-governador, Otaviano Pivetta, por sua vez, conta os resultados efetivos e muito elogiados obtidos nas missões que Mauro Mendes lhe tem confiado para ter seu nome em posição de destaque para ser sancionado pela base governista como candidato à suceder Mauro Mendes nas eleições de 2026.

Político experiente, com um legado de administrador público eficiente e moderno como ex-prefeito de Lucas do Rio Verde, excelente articulador e bom comunicador, Pivetta vem atuando como o principal elo de ligação entre o Palácio Paiaguás, as prefeituras e as câmaras municipais, e o homem do planejamento e programas estratégicos da atual gestão. Paralelamente, o vice-governador dispõe de uma bem azeitada máquina de propaganda pessoal que o mantém em permanente evidência nas redes sociais e na imprensa tradicional mesmo não sendo titular da cadeira de Governador do Estado.

Pivetta acredita que este segundo mandato como vice-governador vai ser a mola propulsora natural de sua candidatura ao Governo Estadual. "Acho cedo, prematuro falar de 2026 agora. Nesse momento, o meu foco é ajudar o Mauro a cumprir o mandato e os compromissos que fizemos. Mas, eu tenho determinação e muita confiança de que estarei preparado daqui três anos e meio para sucedê-lo. Eu estou na fila", afirmou o vice-governador em recente entrevista à imprensa.

Para Otaviano Pivetta, o grupo governista irá apoiar aquele que tiver as melhores condições pa-



O ministro Carlos Fávaro, o vice-governador Otaviano Pivetta e o senador Wellington Fagundes estão em ritmo frenético nas articulações e busca de espaços políticos para assegurar suas candidaturas ao Palácio Paiaguás em 2026



O prefeito de Rondonópolis, Zé Carlos do Pátio pode ser a "redenção" da esquerda nas eleições de 2026 caso se filie ainda este ano ao PT ou consiga que a direção nacional do PSB "desbolsonarize" o partido em Mato Grosso

ra levar adiante o projeto de estado que vem sendo construído pela atual administração. "Eu acredito no bom senso, eu acredito que Mato Grosso está num bom caminho e que as forças deverão convergir em direção à manutenção desse projeto que está dando certo. Se nós tivermos êxito nesse segundo mandato como tivemos no primeiro, para que as coisas continuem bem, o caminho natural é o grupo manter-se coeso. Eu penso que esses são os princípios que embasam um grupo político, um time como nós montamos, que tem demonstrado ser conveniente para sociedade não vai se despensar", ponderou o vice-governador.

Detentor de mais quatro anos de mandato como senador e atual ministro da agricultura, Carlos Fávaro é o nome que menos se fala publicamente para a disputa ao Governo do Estado, mas, é a figura política que reúne, no horizonte do médio prazo em que se insere o pleito de 2026, as maiores chances de surpreender adversários e vencer o pleito eleitoral caso se disponha a abrir mão da candidatura natural à reeleição para o Senado da República.

Com um perfil ideológico de centro e trânsito fácil nos aspectos políticos que vão da esquerda a centro direita, Fávaro já demonstrou que tem inteligência, capacidade de articulação e visão profunda que o torna um nome capaz de contrapor ao atual domínio hegemônico de Mauro Mendes e seu grupo na política estadual.

O ministro tem ainda na manga a carta de um apoio franco do presidente Lula caso o PT local não consiga viabilizar um nome competitivo no âmbito da Federação de Esquerda para a disputa de 2026.



Lúdio Cabral, Rosa Neide, Edna Sampaio são os três nomes do PT que podem se candidatar à Prefeitura de Cuiabá ou ao Governo do Estado, mas o partido ainda não sabe sequer se terá ou não candidaturas próprias nas próximas duas eleições

Esquerda (ainda) sem rumo

Em que pese o PT ter ganho as eleições nacionais e ter a maior base militante organizada de Mato Grosso entre todos os partidos, é a legenda "de ponta" que não tem ainda um projeto eleitoral minimamente delineado para as duas próximas eleições em nível regional, as municipais de 2024 e a estadual.

Com apenas quatro nomes com alguma condição de disputar uma eleição majoritária de peso em Cuiabá e no estado, o PT mato-grossense ainda "bate-cabeça" para encontrar um rumo como força política e eleitoral consistente. De concreto, sabe-se apenas que as alas lideradas pelo deputado estadual Lúdio Cabral e pela vereadora cuiabana Edna Sampaio – esta uma força ainda emergente no partido, mas que já enfrenta um pesado cerco político externo e interno visando inviabilizar seu crescimento eleitoral a qualquer custo – manifestam abertamente o interesse de que o partido construa candidaturas majoritárias próprias nos dois próximos pleitos.

Ao lado de Lúdio e Edna, o PT tem ainda os nomes do deputado estadual Valdir Barranco e da ex-deputada federal Rosa Neide Sandes de Almeida, atual Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) que podem vir a pleitear a sucessão de Mendes no governo estadual.

Para além da paralisia interna, o Partido dos Trabalhadores em Mato Grosso ainda está preso à Fe-

deração Partidária de Esquerda, que engloba o PV e o Pcdob, outras duas legendas sem nomes de expressão que possam contruir para a formação de uma chapa competitiva para a disputa da prefeitura da capital e para o pleito estadual.

Uma saída para a esquerda se viabilizar para as eleições de 2026 é uma eventual mudança de partido do prefeito de Rondonópolis, Zé Carlos do Pátio para o PT ainda este ano ou uma radical "desbolsonarização" do seu partido, o PSB no estado.

O prefeito rondonopolitano é um entusiasta apoiador do presidente Lula e foi um dos mais fiéis defensores dos governos petistas durante os anos de baixa do partido e de perseguições às suas principais lideranças. Zé Carlos do Pátio tem projeção estadual e reúne condições de atrair apoios de partidos de esquerda e centro-esquerda que não integram a Federação como Solidariedade, o Rede Sustentabilidade, o PDT, o Cidadania, o Pros e mesmo o Psol, que vem flexibilizando sua posição anti-alianças a partir do apoio que o deputado federal Fernando Boulos tem recebido do PT em São Paulo.

Com uma carreira brilhante e recheada de realizações transformadoras nos seus mandatos de prefeito de Rondonópolis, Pátio tem cacife eleitoral para se tornar, dentro do PT, em um candidato ao governo do estado com plenas condições peitar de igual para igual qualquer adversário do campo ideológico da direita.

Segurança nas Escolas

Prefeitura de Cuiabá instalará câmeras em 100% das escolas do município

Da Redação

A secretária Municipal de Educação de Cuiabá, Edilene de Souza Machado, anunciou que até o fim de junho, 100% da rede municipal de ensino contará com sistema eletrônico de monitoramento. A titular da SMEC fez ainda um balanço sobre as medidas de segurança adotadas na rede pública municipal de ensino, em cumprimento ao Decreto 9.605/2023.

Edilene Machado disse que as ações visando a segurança começaram a ser adotadas na rede pública municipal de ensino, atendendo a determinação do prefeito Emanuel Pinheiro, a partir de 2019 com a adoção de várias medidas, entre elas a instalação de câmeras de vigilância eletrônica nas primeiras 50 unidades. No último mês de abril, 40 unidades receberam o sistema e, a partir do dia 9 de maio, a Secretária de Educação

assinou ordem de serviço para instalação em mais 40. "Até a primeira quinzena do mês de junho, 100% das unidades educacionais da rede pública municipal de ensino de Cuiabá terão câmeras de vigilância eletrônica implantadas", destacou a secretária Municipal de Educação.

Em relação às medidas preventivas implementadas estão a recepção e entrega dos estudantes no portão de entrada, em horários pré definidos; atendimento de pais ou responsáveis com agendamento prévio; informação às autoridades policiais competentes, sobre as ocorrências suspeitas e o registro de Boletim de Ocorrência. O município também intensificou as rondas do Programa Anjos da Guarda nas imediações das unidades.



No último mês de abril, 40 unidades receberam o sistema e, a partir do dia 9 de maio, a Secretária de Educação assinou ordem de serviço para instalação em mais 40

Sobre a atuação dos vigilantes, a secretária Municipal de Educação disse que é mais um olhar de cuidado em relação à comunidade escolar. "Os vigilantes vêm somar à equipe gestora durante o período de aulas, trazendo mais esse olhar atento em relação ao fluxo de pessoas e à rotina escolar, proporcionando uma maior segurança para estudantes, profissionais e pais", ressaltou Edilene Machado.

Para atuarem nesse momento excepcional, os Técnicos em Manutenção e Infraestrutura, que desempenham a função de Vigilantes, receberam capacitação no mês de abril. O encontro foi promovido pela Prefeitura

de Cuiabá, por meio da Secretaria de Ordem Pública, com orientações do secretário Municipal de Ordem Pública, Leovaldo Emanuel Sales da Silva e do secretário adjunto de Segurança Pública de Cuiabá, Rachid Mohamed Hassoun. "O encontro foi extremamente importante para esclarecer as medidas definidas no Decreto Municipal, e orientar a atuação de monitoramento dos profissionais vigilantes dentro das unidades. A prioridade da gestão é fazer com que o espaço escolar seja um ambiente adequado para as vivências e aprendizagens", salientou a secretária.



ACEITA O CONSELHO DOS OUTROS, MAS NUNCA DESISTAS DA TUA PRÓPRIA OPINIÃO. **WILLIAM SHAKESPEARE**

Especial Dia das Mães

A COLUNA DESEJA UM FELIZ E ESPECIAL DIA DAS MÃES PARA TODAS AS MÃES.

E DESTACAMOS ALGUMAS MÃES PARA REPRESENTAR
 TODAS AS MAMÃES E FUTURAS MAMÃES.



Primeira-dama do estado Virginia Mendes e o governador Mauro Mendes com os filhos em momento especial



A primeira-dama da capital Márcia Pinheiro o prefeito Emanuel Pinheiro com os filhos



A jornalista Mariza Bazo sempre carinhosa com sua mãe Luiza Pozatti Bazo.



Deputada Janaina Riva e seus filhos



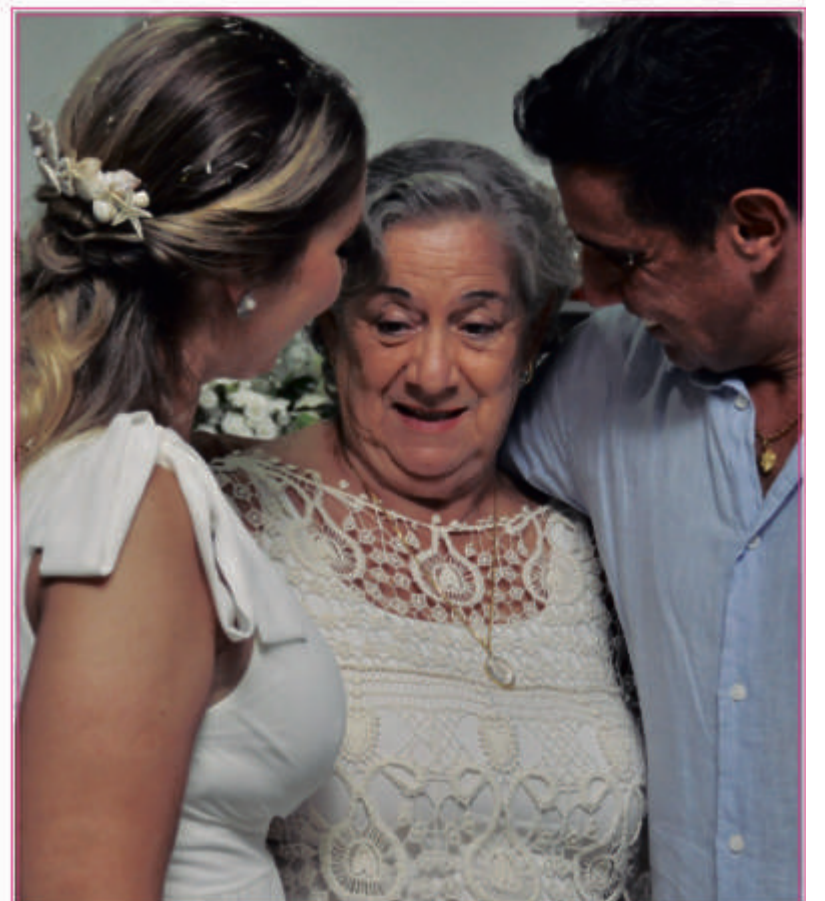
Maria José de Matos nossa amada Vó Maria



A coluna deixa os parabéns para querida e competente Gilda Portella Rocha poetisa e artista plástica renomada em nosso país.



Silviane Ramos mulher forte e mãe exemplar



Minha amada mãe Wanira Altimari entre o casal Tahirir e Dally Untar

TELEFONES MUDOS

CPI da Telefonia na ALMT fará primeira sessão de depoimentos nesta semana

Os deputados que integram a comissão parlamentar de inquérito vão ouvir usuários e representantes das empresas de telefonia sobre a má qualidade dos serviços das operadoras em Mato Grosso

Da Redação

Na próxima quinta-feira, dia 18, a CPI da Telefonia Móvel da Assembleia Legislativa reinicia as sessões destinadas a ouvir consumidores e representantes de empresas operadoras. Os trabalhos seguirão agora com base nos levantamentos feitos em campo pelos deputados e equipe técnica da Comissão.

Após percorrer o interior do estado, em apenas cinco dias de visitas a alguns municípios da região nordeste de Mato Grosso, a CPI da Telefonia reuniu mais de 300 reclamações sobre a má qualidade dos serviços prestados pelas operadoras de telefonia celular e internet. O número é quase a metade de das 800 reclamações oriundas de estado registradas pela Anatel em todo o ano passado.

Para o presidente da CPI, deputado Diego Guimarães (Republicanos), os dados indicam que há uma forte subnotificação e um desalento dos consumidores mato-grossenses em relação à fiscalização do órgão regulador dos serviços de telefonia no país.

Conforme o parlamentar, entre as principais reclamações está a falta de sinal de telefone e internet nas cidades que chegam a ficar semanas sem conexão. "Estivemos nos dois municípios coletando essas informações e a reclamação é geral. Em Confresa a população é de aproximadamente 39.770 habitantes, sendo o



Membros da CPI da Telefonia na ALMT: oitivas de representantes das empresas operadoras devem começar esta semana



Van da CPI da Telefonia: visita à municípios descobriu subnotificação de reclamações dos usuários que não acreditam no trabalho da Anatel para combater abusos e má qualidade dos serviços das operadoras

município mais populoso da Microrregião Nordeste do Araguaia e mesmo assim é difícil se comunicar pela má qualidade do sinal e não é diferente em Porto Alegre do Norte", contou o presidente da CPI.

O deputado disse ter ficado impressionado com a descrença das pessoas no interior do estado de que a telefonia pode melhorar e muito depois da CPI. "É chocante que a Anatel tenha reebido só 800 reclamações de Mato Grosso sobre má qualidade da telefonia no estado em

2022. Se apenas em Confresa e Porto Alegre do Norte nos recebemos mais de 300 reclamações é óbvio que há uma assombrosa subnotificação dos problemas. Está claro para nós que os usuários de serviços de internet e telefonia em Mato Grosso perderam a fé em que suas reclamações e denúncias contra as operadoras serão ouvidas e providências serão tomadas pela Anatel. Essa é mais um frente da nossa investigação: saber porque a fiscalização da Anatel não funciona e o que pode ser feito para melhorar isso também", explicou o parlamentar.

A Anatel é responsável pelo trabalho de outorga, regulamentação e fiscalização sobre os serviços de telecomunicações no país. Cabe à agência aplicar multas e outras sanções

às empresas que não entregam o serviço contratado pelo usuário ou que não estão cumprindo as metas de investimento em tecnologia, expansão de cobertura e melhoria da qualidade geral dos serviços estabelecidos nos contratos de outorga.

Segundo o deputado, no próximo dia 18, a CPI da Telefonia fará sua primeira sessão destinada a colher depoimentos. "Todas as informações que temos coletado servirão de referência para os questionamentos que faremos às operadoras de telefonia. As empresas terão muito que explicar. Não tem cabimento que, em plena Era do 5G, ainda tenhamos cidades que não consigam sequer manter uma conexão básica para chamadas telefônicas ou troca simples de mensagens, onde as interrupções de sinal duram até duas semanas. É um total desrespeito e abuso contra os usuários", salientou Diego Guimarães.

ALTA VELOCIDADE E QUALIDADE PARA POUCOS

Os serviços de telefonia móvel e de internet de qualidade são para todos os usuários. As operadoras não dizem em suas propagandas que a telefonia e internet 5G, por exemplo, só serão acessíveis para quem mora em grandes centros urbanos. As empresas que concorreram e compraram os lotes de operação da tecnologia 5G no Brasil, terão até 2028 para universalizar a banda 4G, ou seja, a maioria da população de mato grosso ainda terá que esperar, e torcer, por cinco anos para ter uma telefonia 4G que já está ultrapassada.

Já no caso da banda 5G, o compromisso das operadoras é de atender apenas aos municípios com 200 mil habitantes para cima. No caso de Mato Grosso, portanto, apenas Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis serão contemplados com essa tecnologia. Os demais municípios nunca terão acesso telefonia e internet de alta velocidade caso a legislação e a política nacional de telecomunicação não seja revista pelo Governo Federal e pelo Congresso Nacional.

EDUCAÇÃO PREMIADA

Escola de Chapada dos Guimarães conquista prêmio e professora é destaque no programa Alfabetiza MT



A diretora da Escola Municipal Thermoquina de Siqueira, Livia Aparecida, disse que "estamos no caminho certo, é muito satisfatório para todos nós, estamos entre os tops do Estado"

O Governo de Mato Grosso, por meio da Secretaria Estadual de Educação (Seduc-MT), divulgou na última terça-feira (9) os resultados das avaliações do Projeto Avalia MT, que faz parte do Programa Alfabetiza MT, formado por um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite a realização de um diagnóstico da Educação Básica do Mato Grosso e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante.

O prêmio I foi destinado às 80 escolas que obtiveram os melhores resultados no Índice de Desempenho Educacional do Estado de Mato Grosso na Alfabetização (Idem-Alfa). Já o Prêmio II foi destinado às dez escolas com as maiores evoluções no Idem-Alfa em relação à edição anterior do prêmio. Por fim, o Prêmio III contempla dez escolas com Idem-Alfa igual ou superior a 5,0 pontos, que possuam os menores desvios-padrão entre os resultados individuais dos estudantes em Língua Portuguesa.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação, a Escola Municipal Thermoquina de Siqueira se destacou entre as 80 melhores do Estado no Índice de Desempenho Educacional do Estado de Mato Grosso na Alfabetização (Idem-Alfa), e a professora Márcia Regina Rodrigues Benevides se destacou como a "professora que alfabetizou com mais equidade em 2022" no âmbito regional, além do reconhecimento, a escola conquistou um prêmio de

R\$16 mil, que será entregue na solenidade da premiação em Cuiabá no próximo mês.

O programa Alfabetiza MT, é uma cooperação entre município e o Governo do Estado, que tem como coordenadora no município de Chapada dos Guimarães, a professora, e assessora pedagógica Atanilza Santos, e como formadoras as professoras Katiuscia, no ensino fundamental e a professora Silbene Alves, no ensino infantil no ano de 2022.

O secretário de Educação, Benedito Lechner, explica que o resultado faz parte de um trabalho contínuo, incentivado e cobrado pela gestão municipal. "Receber os resultados positivos das escolas é gratificante, só tenho que parabenizar a todos pela dedicação e empenho, é um trabalho em conjunto, de todos que fazem parte do setor, que se dedicam diariamente. Todos são importantes, para esse aprendizado e tem gerado bons resultados levando o melhor para as nossas crianças", disse.

A diretora da Escola Municipal Thermoquina de Siqueira, Livia Aparecida, disse que "estamos no caminho certo, é muito satisfatório para todos nós, estamos entre os tops do Estado, concorremos com o Estado inteiro, dentre 141 municípios, ficamos em 59º lugar, de 80 selecionados. Ganhamos uma premiação por desempenho, ou seja, melhoramos o desempenho da escola, a premiação é merecida, estamos muito felizes pelo reconhecimento."

VAMOS CANCELAR A DENGUE DE VEZ.

DONA AEDE
DIGITAL INFLUENCER

COLOQUE AREIA NOS PRATINHOS DAS PLANTAS

ELIMINE FOCOS DE ÁGUA PARADA E CUBRA PNEUS E GARRAFAS

LIMPE CALHAS, PISCINAS E QUINTAIS

Siga a gente nas redes sociais para ver tudo que a Dona Aede está postando sobre a Dengue.

Governo de Mato Grosso

PCHs NO RIO CUIABÁ

Luta para impedir barragens e usinas no rio Cuiabá não termina com decisão do STF que derrubou lei estadual

Deputado Wilson Santos disparou críticas ao STF e está mobilizando organizações sociais para pressionar a Sema a não autorizar construções de barragens e PCHs no rio Cuiabá

Da Redação

A luta de ambientalistas e parlamentares de Mato Grosso para impedir a construção de usinas hidrelétricas e barragens de qualquer tipo ao longo do rio Cuiabá voltou praticamente a estaca zero. O Supremo Tribunal Federal (STF), contrariando todas as expectativas alimentadas por alguns de seus ministros, acabou derrubando, por maioria, a lei estadual que proibia a construção de PCHs e outros barramentos ao longo do curso do segundo maior rio alimentador do pantanal no Brasil.

Em uma sessão virtual que terminou na segunda-feira, 08, o STF considerou inconstitucional a lei estadual a lei nº 11.865/22 por oito votos a dois. Votaram a favor da constitucionalidade da lei estadual apenas o relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), ministro Edson Fachin e a ministra Rosa Weber. Já os ministros Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Carmén Lúcia, Nunes Marques, Roberto Barroso e André Mendonça acompanharam o voto divergente aberto pelo ministro Gilmar Mendes a favor da ilegalidade da lei estadual.

A legislação estadual foi contestada no STF pela Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abregel) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Com a decisão do STF, caberá à Secretaria de Meio Ambiente do Estado (Sema-MT) impedir ou liberar a implantação no rio Cuiabá das seis PCHs planejadas por empresas particulares.

Em seu voto a favor da manutenção da lei estadual, o ministro Fachin destacou que em seu voto, destacou que estudos estatísticos e critérios técnicos feitos pela Assembleia Legislativa deixaram nítida a existência de uma mudança imediata do atual modelo de utilização dos recursos hídricos para geração de energia elétrica em rios estratégicos para a preservação de ecossistemas frágeis e em processo de acelerada degradação como o pantanal.

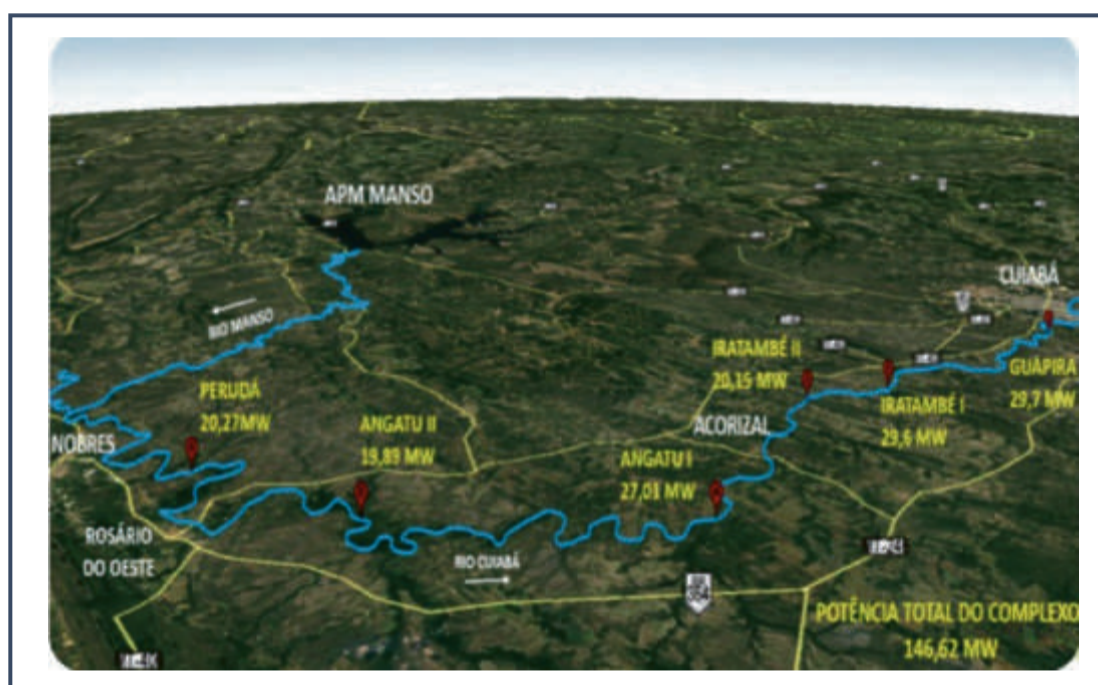
Para o ministro relator da ADI, as informações trazidas aos autos não permitem verificar inconstitucionalidade na legislação estadual, já a Lei 11.865/2022 está em consonância perfeita com o espaço assegurado pela Constituição, nos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 24. “Vale dizer, a legislação Federal de regência não obsta a edição normativa tal qual levada a efeito pelo Estado do Mato Grosso, que legisla tendo em conta as peculiaridades locais, as quais ficaram nitidamente demonstradas acima. A Lei nº 11.865/2022 do Estado do Mato Grosso, ao vedar a construção de Usinas Hidrelétricas – UHEs e Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs ao longo da extensão do Rio Cuiabá, exerceu, de forma constitucionalmente legítima, a sua competência concorrente para promover a proteção ao meio ambiente estadual. Diante de todo o exposto, a norma deve ser declarada constitucional e ADI julgada improcedente”, completou Edson Fachin, sendo seguido pela ministra Rosa Weber em seu entendimento.

Já o ministro Gilmar Mendes, desconsiderando totalmente o escopo central da lei estadual que busca preservar em seu estado natural presente o Rio Cuiabá e o Pantanal, abriu divergência com o relator, apoiando seus argumentos tão somente nos aspectos econômicos e supostas prerrogativas exclusivas da União de legislar sobre aproveitamentos de recursos hídricos no país.

Para Gilmar Mendes, somente o Governo Federal pode definir quais rios do país podem ou não ter



Deputado Wilson Santos (PSD) garante que vai abrir outras frentes de luta para impedir que o rio Cuiabá e o Pantanal sejam afetados por obras de barramento em seu curso



seus potenciais hidrelétricos e outros recursos explorados e que a Assembleia Legislativa de Mato Grosso teria legislado sobre “água e energia” ao impedir construções de PCHs, barragens e Usinas Hidrelétricas no Rio Cuiabá. Mendes considerou que os deputados mato-grossenses, ao aprovarem a Lei 11.865/22, “invadiram a competência Federal” e “obstaculizaram” o direito da União de usufruir de recursos estratégicos fundamentais para a Nação como um todo. O entendimento reducionista e retrógrado de Gilmar Mendes ganhou o apoio de outros sete ministros e a legislação estadual foi derrubada.

ALUTA “SÓ ESTÁ COMEÇANDO”

Para o deputado Wilson Santos, autor da lei 11.865/22 derrubada pelo STF, “a luta ainda não acabou”. O parlamentar disse que vai promover uma campanha social e uma ação popular junto ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), impedir novas pequenas centrais hidrelétricas em toda a bacia do Alto Paraguai, área que compreende o Pantanal de Mato Grosso.

“Vamos para uma grande campanha, mobilizar toda a sociedade, não só mato-grossense, como a sul mato-grossense e brasileira”, afirmou o deputado durante coletiva de imprensa realizada na terça-feira, 09, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Para o parlamentar, a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 11.865/2022, outras medidas jurídicas serão adotadas para barrar PCHs no Rio Cuiabá e na Bacia do Alto Paraguai. “Esse jogo volta para casa. A decisão do Supremo não é a decisão final, não acabou a disputa. O STF analisou a constitucionalidade de lei e disse que é inconstitucional. Agora, quem tem o poder de licenciar o empreendimento hidrelétrico não é o supremo, não é o Tribunal de Justiça, é o órgão competente para tal, no caso aqui, é a Secretaria

de Meio Ambiente. É na Sema que vamos centrar nossa pressão contra esse crime, essa tentativa de assassinar o rio Cuiabá e o Pantanal numa tática só”, reagiu o deputado.

“Vamos solicitar da Sema a apresentação de algum estudo sobre os impactos de construção e de Usinas, PCHs e barramentos no rio Cuiabá e os efeitos desses empreendimentos na bacia do Alto Paraguai. Eu acredito que não tenha nada nesse sentido. E nós queremos que a Sema leve em consideração os estudos técnicos que existem sobre a Bacia do Rio Cuiabá”, afirmou Wilson Santos.

Com estas duas frentes de ação, o deputado acredita que a Sema será forçada a balisar suas decisões nos estudos encomendados pela Agência Nacional de Águas (ANA), que desaconselham a instalação de centrais elétricas na Bacia do Alto Paraguai. Essa pesquisa foi realizada após o surgimento de 133 pedidos de instalação de PCHs no Pantanal. “A luta prossegue. Não vamos desistir do nosso rio Cuiabá, do nosso Pantanal”, avisou Wilson Santos.

DESTRUIÇÃO DO RIO CUIABÁ E DO PANTANAL

Um estudo de mais de cinco anos realizado a pedido da Agência Nacional de Águas (ANA) apontou que Rio Cuiabá está na chamada “zona vermelha” da manutenção de todo o ecossistema do Pantanal por causa da alta concentração de pontos de desova de peixes, o que não recomenda nenhuma hidrelétrica a mais, em sua bacia uma vez que a hidrelétrica do Manso, em Chapada dos Guimarães, a 65 km da capital, por grande dimensão, já comprometeu sozinha 40% carga suportável para esse tipo de empreendimento na zona do Alto Paraguai na qual está inserida a Bacia do Rio Cuiabá.

Um outro parecer técnico feito por 22 pesquisadores de diferentes instituições, como Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade de Brasília (UnB), entre outras, estima um impacto irreversível e a redução drástica do estoque pesqueiro em todo o pantanal caso seja construídas as PCHs planejadas para o rio Cuiabá. Os cientistas afirmaram um efeito de 99,96% na queda da produção de ovos e de 99,98% na de larvas de migradores que dependem da manutenção do atual estágio de conservação da bacia hídrica do Cuiabá.

Veja os principais impactos que a construção de barragens e usinas no rio Cuiabá irão causar:



Os nutrientes são prejudicados ao serem retidos na barragem.

Distúrbios de corpos d'água:

Alterações no fluxo dos sedimentos do planalto para a planície, que pode mudar a dinâmica de áreas inundadas.

Redução dos estoques pesqueiros em toda a bacia:

Nenhum sistema tecnológico agregado às barragens e ou canais que alteram o volume e velocidade natural do fluxo do rio compensa a perda de mobilidade das espécies migratórias, causado rareamento, extinção e mudanças morfológicas na maioria destas espécies.

Prejuízos Econômicos e de qualidade de vida da população:

o histórico dos impactos negativos nas populações locais afetadas por barramentos de rios e hidrelétricas no país demonstram que o custo destas obras são extremamente pesados para as comunidades tradicionais que não usufruem dos benefícios eventuais gerados pela produção de energia elétrica.

Alterações na qualidade da água:

A redução do fluxo tende a tornar a água menos turva e expõe os ovos e larvas dos peixes à predação, o que afeta o ciclo de vida e a própria reprodução dos peixes.

Redução na diversidade:

Impacta na vida dos seres que vivem no fundo dos rios e demais organismos vivos da cadeia trófica por causa do assoreamento.

Queda na produtividade do ecossistema aquático:

A sua reação é importante para nossa redação

Journal **Popular** Centro Oeste

///SIGA

Facebook: jcopopular
Instagram: grupo.milas

Mauro Mendes repete vitória ao governo em

GRUPO milas DE COMUNICAÇÃO

Acesse todos os sites do Grupo Milas e o nosso **Jornal Digital**

grupomilas.com.br

Popular | tangara | notíciaMT | RESUMO